



# Reestruturação espacial e desenvolvimento local: estudo de caso de sete municípios do interior fluminense

Angela Moulin S. Penalva Santos\*

---

**Resumo** – Analisa-se a reestruturação espacial no Estado do Rio de Janeiro, tomando por referência a condição de alguns municípios de médio porte como atores de políticas públicas, em contexto de descentralização iniciada com a Constituição de 1988, que se manifesta pela transferência de responsabilidades e de mais autonomia municipal. Reflete-se sobre o desenvolvimento de sete cidades médias fluminenses, se o mesmo tem sido sustentável, com base em indicadores demográficos e de emprego, entre 1985 e 2005. A economia fluminense tem retomado seu dinamismo, levando em conta o melhor desempenho em municípios do interior. Entretanto, esse dinamismo pode ser colocado em xeque, caso não resulte em maior adensamento do tecido produtivo local com a economia do petróleo.

**Palavras-chave:** reestruturação espacial; cidades médias fluminenses; descentralização de políticas públicas; Rio de Janeiro.

---

## Introdução

Este artigo analisa a reestruturação espacial em curso no Estado do Rio de Janeiro, tomando por referência a condição de alguns municípios fluminenses de médio porte como atores de políticas públicas em contexto de descentralização do Estado. Tal descentralização, iniciada com a entra-

da em vigor da Constituição de 1988, manifesta-se através da transferência de responsabilidades de políticas e de maior autonomia municipal (política e financeira, além de legislativa e administrativa).

Essa mudança na forma de intervenção estatal teve paralelo com as novas abordagens sobre o desenvolvimento, em que emerge a

---

\* Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ e Doutora em Estruturas Urbanas e Regionais.

E-mail: angelapenalva@terra.com.br. Agradeço a Samuel Rezende, Bolsista do Pibic/CNPq, pela eficiente organização dos dados e revisão do texto.



tese segundo a qual este podia ser logrado de forma endógena, em contrapartida às teorias desenvolvimentistas que predominaram no período 1930-1980.

O desenvolvimento local está sendo interpretado da perspectiva da evolução positiva de indicadores de população e emprego nos municípios selecionados: Angra dos Reis, Cabo Frio, Duque de Caxias, Macaé, Nova Friburgo, Teresópolis e Volta Redonda. Tais municípios foram escolhidos por sua dupla condição: i) de cidades médias e ii) por suas distintas dinâmicas econômicas.

## 1. Por que as cidades médias

A escolha por trabalhar com cidades médias deve-se ao papel que essas localidades cumprem na rede urbana brasileira, articulando o território em torno de sua centralidade em relação aos municípios vizinhos e de menor porte demográfico.

A urbanização brasileira expandiu-se a partir do processo de industrialização, mais especificamente a partir de 1930. Naquele momento, a taxa de urbanização era de aproximadamente um terço da população do País, percentual que se elevaria para duas terças partes em 1980. Ao longo desses 50 anos, as metrópoles nacionais e demais capitais estaduais foram os principais instrumentos da organização territorial. Nos últimos 30 anos, entretanto, a taxa de crescimento demográfico das metrópoles diminuiu, enquanto se elevou a das cidades de médio porte (Santos, 2003).

O impacto da globalização sobre o território resulta em dinâmicas distintas que geram a formação de “economias de serviços” nos espaços metropolitanos e a dispersão de locais onde se concentram as empresas de pequeno e médio porte, alguns dos quais formarão centros tecnológicos e difusores de inovação (Benko e Lipietz, 1992). Acompanhando essa abordagem, as metrópoles passam a experimentar um processo de desindustrialização para se transformarem em centros de serviços; as atividades industriais em empreendimentos de pequeno e médio porte são as mais suscetíveis de se transferirem para pontos de aglomerações menores como as cidades de médio porte.

Analisando a configuração espacial recente na Europa, Hall e Pain (2006) identificaram um processo de fortalecimento da centralidade em algumas localidades que eles denominaram “megacidades regionais”. Sua origem está no crescimento de algumas cidades que passaram a se constituir em núcleos de regiões metropolitanas. A geração de deseconomias de aglomeração nessas regiões suscita o fortalecimento de cidades próximas mas não necessariamente conurbadas, promovendo um processo de desconcentração espacial, ainda que circunscrita a uma região, resultando naquilo que chamaram “megacidade regional”. Tais megacidades atraem crescentes contingentes populacionais e atividades econômicas, o que conduz a desequilíbrios regionais em escala continental e planetária.



Esse processo já tinha sido identificado para o caso brasileiro desde o início dos anos 1990. Segundo Diniz e Crocco (1996), estaria em curso um “processo de concentração regionalmente desconcentrada” que fortaleceria a região Sudeste em detrimento da participação do Nordeste na economia brasileira. No entanto, haveria um processo simultâneo de desconcentração da produção dentro daquilo que os autores identificaram como um “polígono de crescimento” que inclui Minas Gerais e São Paulo e desce em direção ao Rio Grande do Sul. A economia fluminense estaria fora desse polígono por apresentar indicadores que sugeriam estagnação econômica.

Nesse novo contexto, as metrópoles deixam de ser as principais responsáveis pela organização interna do território. Esse papel passa a ser crescentemente assumido pelas novas aglomerações urbanas, sejam as lideradas por cidades médias ou mesmo por cidades médias isoladas. Dentre aquelas, destacam-se as situadas em áreas de influência de megacidades regionais, os espaços regionais que vêm se fortalecendo na atual dinâmica econômica. Vários estudos têm apontado para o processo de interiorização do emprego no Brasil, ainda que muito concentrado nas regiões Sudeste e Sul, sintoma de que a mencionada articulação territorial já está se tornando uma evidência empírica (Saboia, 1999; Santos e Juliasse, 2006).

Neste estudo, investigamos a hipótese de que a economia fluminense esteja superando sua

estagnação e que deva ser incluída no polígono de crescimento sudestino. Ademais, seu processo de retomada do desenvolvimento tem se dado com fortalecimento de suas cidades médias, como já vem ocorrendo há mais tempo no referido polígono.

## 2. O desafio do município como agente do desenvolvimento

Muito se discute o papel que cabe ao poder público no processo de desenvolvimento. Os defensores do liberalismo acreditam que seja possível lograr o desenvolvimento com base apenas nas forças de mercado, afirmando as vantagens comparativas do País, da região ou do local. A evidência empírica, entretanto, sugere que a atuação do Estado tem sido uma estratégia largamente utilizada pelos países atualmente desenvolvidos (Chang, 2002).

Entre os defensores da necessidade do Estado, há aqueles que consideram que essa intervenção deve ser parte de um projeto nacional, mas outros apontam a importância das iniciativas dos governos locais na concertação de estratégias público-privadas. Trata-se de distinguir as razões daqueles que defendem a centralização ou a descentralização do poder público como melhor instrumento de atuação nas políticas públicas.

A experiência de modernização das estruturas sociais, políticas e econômicas com base na industrialização substitutiva de importações foi produto da centralização das políticas públicas,



com o governo central tomando as rédeas do processo na América Latina. O balanço dessas experiências é motivo de muitas controvérsias, mas não há dúvidas de que houve crescimento econômico associado à industrialização. A controvérsia fica por conta do caráter concentrador desse crescimento, suscitando um processo de urbanização da pobreza, ao invés daquela pobreza rural que prevalecia anteriormente.

A crise do chamado “Estado desenvolvimentista” insere-se dentro de uma crise mais ampla, que colocou em xeque a intervenção estatal no domínio econômico e suscitou propostas de reformar o Estado. Essa crise foi também acompanhada de novas abordagens macroeconômicas que prescindiam do Estado forte, com o surgimento das chamadas teorias do desenvolvimento endógeno.

Segundo Amaral (1996, p. 38), “o modelo pode ser definido como desenvolvimento realizado *de baixo para cima*, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar de um modelo de desenvolvimento *de cima para baixo*, isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional”.

Assim, a partir da década de 1980, foram publicados estudos sobre desenvolvimento regional que tentavam explicar casos que não se encaixavam na tradicional abordagem núcleo-periferia, sendo o núcleo caracterizado pela presença de grandes empresas verticalmente integradas, cujo dinamismo se alimentava da

“exploração” dos recursos disponíveis na periferia. Esse modelo, chamado “fordista de produção”, não explicaria algumas regiões que visivelmente passavam por processos de desenvolvimento, como foi o caso notável das regiões centrais da Itália (Benko e Lipietz, 1992).

Entre essas “regiões que ganham”, deve ser concedido destaque aos casos constituídos pelos sistemas de pequenos empreendimentos circunscritos pelo território. As evidências empíricas animaram os pesquisadores a intensificar a abordagem do desenvolvimento endógeno em busca de identificação dos fatores locais dinâmicos, conduzindo ao destaque sobre o papel do meio inovador, capaz de possibilitar o surgimento de inovações territorialmente circunscritas.

Segundo Krugman (1991), essas novas abordagens constituem uma volta aos princípios marshallianos de cem anos atrás. E mais: este autor se pergunta se o padrão locacional hoje seria diferente daquele do tempo de Marshall. Atualmente, admite Krugman, muitos investimentos são capital-intensivos, dependendo muito mais de maquinário do que de mão-de-obra especializada, o que permite maior liberdade em termos locais, especialmente no caso de grandes empresas. Outros autores chamam a atenção para o fato de que as novas tecnologias de informação alteraram estruturalmente os padrões locais, permitindo maior difusão espacial dos investimentos produtivos (Harvey, 1992; Castells, 1999; Hall e Pain, 2006). De todo modo, concordam que



as firmas de pequeno e médio portes não podem prescindir das economias de aglomeração, com o que retornamos a Marshall.

Essa nova abordagem resultaria numa estruturação espacial menos polarizada? Esse seria o resultado, caso os distritos industriais conduzissem o processo de desenvolvimento. No entanto, eles não estão sozinhos, afinal, “os oligopólios estão bem, obrigado”, como apontam Amin e Robins (*apud* Benko e Lipietz, 1992). Assim, seguimos submetidos à organização espacial definida pelas grandes corporações, mas identificamos um número crescente de novas “regiões que ganham” como produto de estratégias de desenvolvimento endógeno.

Na verdade, a nova abordagem reforça a importância das externalidades como fatores endógenos – e não exógenos – da função de produção das firmas, explicando os rendimentos crescentes de produção. Como consequência, fatores “antes considerados exógenos na determinação do crescimento, agora são aceitos pela ortodoxia como *fatores endógenos*: o capital humano, as instituições, a pesquisa e desenvolvimento, o conhecimento, a informação, etc.” (Amaral Filho, 1996, p. 43).

A incorporação desses novos elementos não apenas recoloca a importância das economias externas e da cooperação empresarial, mas também o apoio político governamental. Este, entretanto, não é considerado a partir da perspectiva de uma política nacional de desenvolvimento porque o fortalecimento dos governos regionais e locais tornaram-nos atores de

primeira grandeza no processo de desenvolvimento endógeno. O papel exercido por esses governos locais deve se dar no sentido de potencializar as externalidades por meio de investimentos na infra-estrutura produtiva, no gasto em educação e saúde, bem como na liderança de um projeto local de desenvolvimento que logre articular os múltiplos interesses na produção do espaço local.

Cabe indagar, contudo, a viabilidade de o desenvolvimento endógeno ser uma estratégia com potencial equivalente em qualquer lugar. Caso todas as regiões buscassem atuar no processo de desenvolvimento local, o resultado seria uma competição que favoreceria as localidades mais desenvolvidas, como já apontam as evidências empíricas mencionadas. Nas mais pobres, onde inexistem fatores locais suficientes para atrair e sustentar o desenvolvimento, é necessária uma política de alcance extralocal para transferir recursos de outras regiões, a fim de ampliar a infra-estrutura social e produtiva, de modo a fortalecer as externalidades e atrair o investimento privado. A competição intrínseca aos processos de desenvolvimento endógeno tende a resultar no maior isolamento de localidades pobres; para estas, a limitação do mercado local diminui as possibilidades de desenvolvimento, sendo a atuação do governo e dos empresários locais insuficientes para garantir o desenvolvimento.

Ademais, é preciso considerar que o crescimento econômico, aqui identificado pela expansão dos empregos formais, nem sempre é



garantia de desenvolvimento sustentável. Esta é uma discussão que pode ser analisada de vários ângulos, o que não podemos pretender fazer num artigo com espaço limitado a vinte páginas. Caberia, entretanto, remeter a outro estudo que fizemos sobre as cidades médias fluminenses ao longo das décadas de oitenta e noventa. Ao situar essas cidades em comparação com as demais cidades médias da região Sudeste, verificamos que, durante os anos 1980, as cidades médias fluminenses apresentavam baixo dinamismo econômico em contraste com as paulistas; na década seguinte, contudo, aquele melhor desempenho relativo das paulistas não foi suficiente para que elas apresentassem indicadores de condições de vida melhores do que as fluminenses nos anos noventa, ocorrendo o contrário.

Ao longo da década de noventa, as cidades médias fluminenses apresentaram maior crescimento do que as paulistas. Esse bom desempenho será acompanhado de melhoria nas condições de vida da população local ou, ao contrário, pode se repetir a situação das cidades médias paulistas durante a década anterior?

Final, o fortalecimento dos governos locais deveria ser instrumento que contribuísse para a geração de externalidades que resultassem em melhoria nos indicadores de desenvolvimento humano e da infra-estrutura produtiva. Para isso, seria preciso não apenas o fortalecimento da autonomia financeira dos municípios, mas que a melhoria nas receitas municipais fosse acompanhada de crescimento dos

investimentos públicos, o que não ocorreu durante 1995-2002, pelo menos no que tange à média das cidades brasileiras com população superior a 100 mil habitantes (Santos, 2002). Essa limitação no nível dos investimentos públicos municipais constitui um forte constrangimento para que a tese do desenvolvimento endógeno possa ser considerada a alternativa da retomada do desenvolvimento. Outras etapas da pesquisa dentro da qual se insere o estudo ora apresentado prosseguirão esta linha de investigação. Neste momento, vamos nos ater a avaliar a evolução da população e do emprego formal nas cidades selecionadas.

### **3. O estudo de caso de cidades médias fluminenses selecionadas**

A economia fluminense apresenta a característica de ter experimentado enorme polarização espacial devido a sua condição de capital do país por quase 200 anos (1763-1960). Essa concentração não lhe permitiu, entretanto, tornar-se o núcleo principal da industrialização, processo que resultou na transformação de São Paulo na chamada “locomotiva” da indústria, e, portanto, da economia brasileira a partir de meados do século XX.

Ao longo daquele século, a economia fluminense perdeu participação no PIB brasileiro *pari passu* com o fortalecimento da economia paulista devido ao processo de industrialização.



Assim, em 1930, as participações de Rio de Janeiro e São Paulo no valor da transformação industrial brasileira eram de 28% e 35%; em 1970, esses percentuais já haviam se alterado para 15,6% e 58%.

São Paulo e Rio de Janeiro têm sido as maiores economias estaduais no Brasil, seguidas por Minas Gerais. Os três estados mais o Espírito Santo formam a região Sudeste, transformada no grande pólo de modernização econômica e social. Em 2001, o PIB sudestino correspondia a 57,1% do brasileiro, enquanto o nordestino atingia apenas 13,1%.

É verdade que vem declinando a participação da região Sudeste no PIB brasileiro, como sugerem os dados das contas públicas regionalizadas, elaboradas pelo IBGE, para 2004: naquele ano, o PIB sudestino foi equivalente a 54,9% do PIB nacional, tendo sido de 55,1%, em 2003. Isto significa que, não obstante a forte polarização regional, o Sudeste vem diminuindo sua participação na economia brasileira. Cabe, no entanto, considerar a participação do Rio de Janeiro no período mais recente.

Como já foi apontado por Santos (2003) e por Natal (2005), a economia fluminense vem superando sua estagnação e voltou a crescer em ritmo mais acelerado a partir de meados da década de 1990. Em 1996, a participação do Estado do Rio de Janeiro no valor adicional bruto do Brasil atingiu apenas 10,95%, quando chegou a ter ameaçada sua condição de segunda maior economia estadual por Minas Gerais. Mas, desde então, vem experimentando recuperação que se

traduz nos 12,6% de 2004, sendo que no ano anterior tinha sido de 12,2%. Ou seja, o declínio da participação sudestina no PIB brasileiro não se deve ao desempenho da economia fluminense;<sup>1</sup> ao contrário, esta vem melhorando sua inserção na economia brasileira, ainda que muito sustentada pela economia do petróleo. Essa atividade, aliás, foi a responsável pela inserção do Rio de Janeiro no polígono de crescimento identificado por Diniz e Crocco (1996), do qual o estado estava excluído como o pólo de dinamismo nacional. Esse resultado sugere a importância do mercado consumidor como fator locacional, afinal trata-se da economia que conta com o maior nível de PIB *per capita*, somente inferior ao do Distrito Federal, como indicado nas contas regionais do IBGE desde 2003.

Este estudo pretende analisar o desempenho da economia de sete municípios fluminenses à luz de alguns aspectos da abordagem do desenvolvimento regional para explicar o desempenho econômico no interior do estado.

A grande concentração espacial da população e do produto fluminenses vem aos poucos arrefecendo, especialmente no que tange ao núcleo da região metropolitana (Santos, 2003). Esse processo de redistribuição espacial deve se acelerar em função da localização interiorana da economia do petróleo, ainda que parte dela tenda a fortalecer a periferia da região metropolitana, como são os casos do Pólo Gás-Químico, em Duque de Caxias (na Baixada Fluminense) e da instalação de uma nova



refinaria de petróleo em Itaboraí (município do Eixo Leste da Região Metropolitana). O fortalecimento do interior tende, por sua vez, a refletir-se na metrópole carioca, fortalecendo-a como economia de serviços.

Ao longo das duas décadas analisadas, a capital estadual perdeu 67.877 postos de trabalho formal, enquanto todo o Estado do Rio de Janeiro ganhou 517.921 empregos, o que correspondeu a um crescimento de 19,36% no período, percentual significativamente inferior à média nacional, de 62,2%, que, por sua vez, foi menor que a expansão do emprego formal no conjunto das cidades médias brasileiras, da ordem de 71,25%. O crescimento do emprego nas cidades médias da pesquisa foi, todavia, ainda superior, equivalente a 72,82%, dado que sugere que essas cidades apresentam, em média, desempenho ainda melhor que o conjunto das cidades médias brasileiras. Como resultado, pode-se afirmar que está se processando uma retomada de desenvolvimento na economia fluminense com tendência à diminuição da polarização espacial.

Existem no Estado do Rio de Janeiro 20 municípios com população entre 100 mil e um milhão de habitantes; estes formam o que este estudo denomina cidades médias. Desse grupo, foram selecionados sete municípios para o estudo de campo. São eles: Angra dos Reis, Cabo Frio, Duque de Caxias, Macaé, Nova Friburgo, Teresópolis e Volta Redonda.

Metade das 20 cidades médias fluminenses está situada dentro da Região Metropolitana do

Rio de Janeiro, tendo a capital estadual por núcleo. Trata-se de municípios que foram surgindo, a partir da década de 1940, como cidades-dormitório de trabalhadores que faziam movimentos pendulares até o município do Rio de Janeiro. Alguns desses municípios, contudo, têm conseguido superar essa condição e passaram a apresentar algum grau de centralidade e independência frente à capital estadual. Entre eles, encontra-se Duque de Caxias, município que tem apresentado o maior crescimento do PIB e da geração de empregos nesta primeira década do terceiro milênio (Santos, 2006; Santos e Juliasse, 2006). Duque de Caxias é o primeiro dos sete municípios incluídos nesta pesquisa.

As outras dez cidades médias localizam-se no interior fluminense, de onde foram escolhidas as 6 demais cidades, objeto deste estudo. O processo de escolha buscou atingir diferentes regiões geoeconômicas, com distintas bases econômicas. Assim, Angra dos Reis foi escolhida pela importância da retomada da indústria naval, associada ao dinamismo de uma das duas principais regiões turísticas estaduais. Cabo Frio foi incluída por se localizar na região que tem experimentado o maior crescimento demográfico estadual, associado ao turismo e aos *royalties* do petróleo. Macaé é a cidade que abriga o núcleo da economia do petróleo, sendo o único município fluminense que vem crescendo sustentadamente desde a década de 1980. Nova Friburgo é uma tradicional e importante cidade média da região Serrana cuja economia está





atualmente baseada em um Arranjo Produtivo Local (APL) de moda íntima. Volta Redonda também é uma importante e tradicional cidade média do interior fluminense, devido à presença da Companhia Siderurgia Nacional (CSN), primeira grande siderurgia brasileira, fundada em 1941, e origem do pólo metal-mecânico existente na região do Médio Paraíba fluminense. Finalmente, Teresópolis, cidade da região Serrana, foi escolhida por estar experimentando um processo de ocupação extremamente desordenado, com a sede municipal espremida entre dois parques protegidos pela legislação ambiental mas sofrendo forte especulação fundiária.

### **3.1. O perfil demográfico das cidades selecionadas**

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a população brasileira, assim como a fluminense, apresentou taxas de crescimento demográfico declinantes, sendo o declínio mais acentuado no País do que no Estado do Rio, onde a população já experimentava processo de estabilização. Os dados relativos à evolução demográfica estão apresentados no Anexo 1.

Os municípios fluminenses incluídos neste estudo apresentaram desempenho demográfico melhor, ainda que muito desigual entre eles. Angra dos Reis foi a cidade média que mais cresceu nas duas décadas, enquanto Volta Redonda foi a que teve o pior desempenho entre os municípios selecionados, crescendo menos até do que a média estadual durante os anos 1990, isto é, após a privatização da CSN.

Comparando as décadas de 1980 e 1990, verificamos que Cabo Frio apresentou desempenho muito melhor nos noventa, ocorrendo o inverso com Nova Friburgo. Cabe acrescentar que também Teresópolis teve sua taxa de crescimento demográfico declinante na segunda década considerada. Duque de Caxias e Macaé apresentaram equilíbrio no seu (alto) crescimento demográfico nas duas décadas. Isto quer dizer que estas últimas são as cidades que se mantêm como as mais dinâmicas em todo o período, enquanto Cabo Frio e Angra dos Reis mostram-se crescentemente dinâmicas; nas demais, observa-se uma decadência relativa.

Essa análise é corroborada pelo desempenho das migrações como componentes da evolução demográfica nesses municípios. Segundo o Censo Demográfico de 2000, o último disponível, o percentual de pessoas que migraram ao longo da década de 90 na população brasileira é de 5,1%, maior do que os 3,9% da população fluminense, mais estabilizada, como mencionado.

Entre as cidades médias fluminenses selecionadas, o maior percentual é o apresentado por Angra dos Reis (9,5%), seguida por Macaé (7%), por Cabo Frio (5,4%) e Duque de Caxias (4%), esta última apresentando quase o mesmo percentual da média estadual. Em Nova Friburgo, Teresópolis e Volta Redonda, o percentual foi inferior à média do Estado do Rio de Janeiro, destacando-se negativamente Nova Friburgo (1,4%). Cabe ainda destacar que, entre os municípios que mais receberam migrantes na



década, a entrada foi mais significativa nos últimos anos, indicando que se trata de fenômeno recente e que deve estar relacionado à retomada da economia fluminense nos setores naval e de petróleo, localizados no interior estadual (casos de Angra dos Reis, Duque de Caxias e Macaé).

Finalmente, cabe mencionar que apenas três dentre as cidades selecionadas apresentam grau importante de centralidade, tal como definido pela pesquisa Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana (Brasília, Ipea/IBGE, 2002): o mais importante foi a aglomeração urbana Volta Redonda/Barra Mansa, considerada “centro sub-regional 1”, enquanto Cabo Frio e Nova Friburgo são “centros sub-regionais 2”. Destes, Nova Friburgo não constitui aglomeração urbana, mas apenas centro isolado; os outros dois são núcleos de aglomerados urbanos: Volta Redonda, com cinco municípios, e Cabo Frio, com seis.

Dessas localidades, apenas Cabo Frio continua apresentando grande dinamismo demográfico, o que tende a fortalecer sua centralidade; Volta Redonda perdeu muito dinamismo demográfico em face das consequências do enxugamento de pessoal realizado por ocasião da privatização da CSN; as outras duas são cidades mais isoladas na rede urbana fluminense, consolidadas desde há muito.

Quanto às demais quatro cidades médias, Angra dos Reis pode estar experimentando algum crescimento de sua importância na rede urbana, dada sua localização mais distante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O caso de Macaé, a única cidade que cresce

sustentadamente – e de forma crescente – desde a década de oitenta, é especial por estar na área de influência de Campos dos Goytacazes, para onde tende a “vazar” parte de seu dinamismo econômico. No entanto, tem ocorrido fortalecimento da centralidade de Macaé em relação a Rio das Ostras, podendo resultar na formação de um contínuo urbano com o aglomerado que tem Cabo Frio por núcleo.

### 3.2. A evolução do emprego

Existem muitos dados econômicos que podem ser utilizados como indicadores de desenvolvimento; cada um deles apresenta vantagens e desvantagens. O mais comum é o PIB, mas existem sérias divergências entre os dois órgãos que produzem os dados estatísticos, o IBGE e a Fundação Cide (órgão da Secretaria de Estado de Planejamento), porque utilizam metodologias distintas. Neste estudo, optamos por utilizar uma série histórica sobre a evolução dos empregos formais captados na base de dados Rais/Ministério do Trabalho.

Não se desconhece a enorme importância do emprego informal, que, segundo sugerem as pesquisas do IBGE, já estaria correspondendo a aproximadamente metade de toda a população economicamente ativa (PEA). Contudo, não há disponibilidade desses dados desagregados por municípios. E, ademais, os empregos que realmente são mais relevantes para a melhoria nas condições de vida são aqueles que geram vínculos formais nas relações de trabalho. Assim, consideramos que se justifica tomar a



variação nos empregos formais como indicador de mudanças no desenvolvimento local. A síntese dos dados da fonte Caged/Ministério do Trabalho são apresentados no Anexo 2.

O primeiro dado a ser destacado refere-se ao maior aumento percentual dos empregos do conjunto das cidades médias brasileiras em relação a todas cidades do País durante as duas décadas consideradas: enquanto as cidades médias ampliaram em 171% o número de novos empregos, a média brasileira foi de 162%. Esse dado indica que as cidades médias têm conseguido capturar parcela crescente do emprego, mesmo em um período marcado por crise econômica (principalmente entre 1985 e 1995). Esse desempenho é bem superior ao apresentado pelo conjunto dos municípios fluminenses (119%), mostrando que o estado do Rio foi mais negativamente afetado pela crise.

Se o desempenho estadual foi muito ruim, o mesmo não se pode dizer das cidades médias fluminenses da pesquisa. O maior destaque foi Macaé, cuja expansão foi da ordem de 380% nas duas décadas. Duque de Caxias também se destacou pela grande criação de empregos (230%). Entre as demais cidades selecionadas, apenas Volta Redonda sofreu declínio na geração de empregos, enquanto as outras apresentaram desempenho próximo da média nacional.

O caso de Macaé é singular entre as cidades selecionadas – e também entre todos os municípios fluminenses – por ser o núcleo da economia do petróleo, condição decorrente da escolha da Petrobras, na década de 1980, por

se instalar no município. A elevada geração de empregos formais se deve à “indústria extrativa mineral”, responsável por 21,66% dos empregos, em 2005.

O destaque negativo de Volta Redonda está relacionado ao impacto direto e indireto da diminuição dos empregos da CSN, empresa estatal que foi privatizada em 1991. O encolhimento da economia municipal poderá ser revertido caso se cumpram as expectativas de que o Estado do Rio se tornará um pólo mundial de produção siderúrgica e/ou se fortaleça a produção automobilística na região do Médio Paraíba.

Em termos absolutos, em 1985 os principais municípios quanto à geração de empregos eram Duque de Caxias e Volta Redonda, com cerca de 60 mil empregos cada; o terceiro mais importante era Nova Friburgo, com uma terça parte desse número de empregos. Em 2005, Duque de Caxias seguia sendo o principal empregador; Volta Redonda continuava sendo um grande pólo, mas apresentando praticamente a metade dos empregos de Duque de Caxias. Deve ser concedido destaque ao desempenho de Nova Friburgo por ter-se mantido como importante pólo (ultrapassado por Macaé), crescendo sustentadamente durante todo o período, ainda que muito mais lentamente, atingindo um número superior a 40 mil empregos formais.

É interessante verificar que foi no último quinquênio (2000-2005) que ocorreu a maior proporção de novos empregos no



Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e também entre seis dos municípios selecionados; a exceção foi Nova Friburgo, onde o maior crescimento ocorreu entre 1985 e 1990, período em que a crise de uma grande empresa têxtil suscitou a oportunidade de emergir o APL de moda íntima local.

O pior desempenho individual, do município de Volta Redonda, é ilustrativo de uma mudança estrutural na economia brasileira, com recuo do Estado desenvolvimentista e o processo de privatização do setor produtivo estatal. Já o caso de Nova Friburgo ilustra um exemplo de desenvolvimento endógeno que, apesar de apresentar menor dinamismo que os municípios afetados por investimentos na área do petróleo, consegue sustentar o crescimento dos empregos.

A recuperação do emprego nos municípios fluminenses sugere ainda uma vantagem locacional em linha com as pesquisas que apontam para o fortalecimento da polarização de regiões que, entretanto, experimentam uma despolarização espacial em seu interior. Localizar-se dentro da região Sudeste do Brasil é uma vantagem importante pela proximidade do mercado consumidor, da maior escolaridade dos trabalhadores e da presença dos centros de treinamento e pesquisa. Durante as duas décadas consideradas, houve maior crescimento dos empregos fora do Sudeste, mas a região ainda é responsável por aproximadamente 65% dos empregos formais no País (5.764.511 dos 9.096.476 empregos existentes no Brasil, em 2005).

E mais: a capital estadual perdeu postos de trabalho, especialmente na atividade industrial (eram 310.794, em 1985, tendo se reduzido a 148.322, em 2005), mas experimentou crescimento nos empregos em Serviços (eram 785.100, em 1985, e se expandiram para 931.719, em 2005). Essa mudança de perfil econômico levou o número de empregados nos Serviços a se elevar para o equivalente a 49,46% de todo o emprego formal no município do Rio de Janeiro, em 2005.

Cabe agora analisar a evolução setorial do emprego, buscando identificar a possível reestruturação produtiva em escala municipal, em linha com as perspectivas de fortalecimento da centralidade das cidades médias como centros de prestação de serviços e alternativa locacional para o investimento industrial.

Os principais setores em termos de geração de emprego são: serviços, comércio, indústria e administração pública. O desempenho deles, entretanto, tem sido diferente ao longo do tempo, verificando-se o fortalecimento de serviços e comércio, estabilidade na administração pública e declínio da indústria. Nas cidades selecionadas para este estudo não foi diferente; entretanto, há diferenças significativas entre elas.

O emprego industrial vem caindo desde que a indústria perdeu centralidade na dinâmica econômica. No entanto, conforme sugere a abordagem teórica, este é um setor dos mais importantes na geração de empregos nas cidades médias em relação à média do conjunto das cidades brasileiras.



E mais, é uma atividade que encolheu muito ao longo da década de noventa, mas vem reagindo significativamente no período 2000-2005, seja para a média brasileira como para as cidades médias. De todo modo, cabe destacar que o desempenho médio do Estado do Rio de Janeiro foi bem pior, sugerindo que a retomada de sua economia não se deve à indústria.

Das cidades selecionadas neste estudo, Volta Redonda, Duque de Caxias e Nova Friburgo eram aquelas onde era mais significativa a participação industrial nos empregos formais em 1985, pela ordem decrescente. Ao longo das duas décadas seguintes, observou-se um declínio em termos absolutos em Volta Redonda e uma perda apenas relativa nos outros dois municípios. Em Cabo Frio, o setor praticamente deixou de ser significativo na geração de empregos, que fora de quase 20%, em 1985, diminuindo para menos de 3%.

O desempenho de Nova Friburgo merece ser destacado em face da maior sustentação do setor ao longo do período, o que se deve ao desempenho da indústria têxtil, que é responsável por aproximadamente uma quarta parte de todo os empregos no município. Conforme já mencionado anteriormente, esse desempenho deve-se ao Arranjo Produtivo Local de Moda Íntima, uma típica solução local para enfrentar uma crise de uma grande empresa, embora não haja evidência de que esteja se formando um meio inovador capaz de suscitar a emergência de uma dinâmica

região que se estenda para muito além das fronteiras municipais (Schiller e Lima, 2003).

O caso do declínio de Volta Redonda, já mencionado, está relacionado à crise e à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. O “enxugamento” da empresa resultou na perda de empregos diretos e indiretos, o que levou o setor industrial a baixar sua participação na geração de empregos de 45,64%, em 1985, para apenas 17,77%, em 2005. Esse declínio é ainda mais grave quando se considera que, ao longo daqueles vinte anos, o número absoluto de empregos formais não se elevou; ao contrário, apresentou pequeno declínio.

É preciso ainda realçar o caso de Angra dos Reis, onde o setor de material de transportes era um importante empregador, deixou de sê-lo com a crise da indústria naval, mas voltou a ter grande relevância com a retomada da construção e da reparação de navios: em 2005, um entre cada cinco empregos formais do município está no setor, cuja retomada do crescimento está associada às políticas estaduais que visam a fortalecer as possibilidades de encadeamento com a indústria do petróleo.

O recuo da indústria na participação do emprego nos municípios analisados tem sido mais do que compensado com a expansão dos serviços, responsável pela geração de um terço dos empregos nas cidades da pesquisa, proporção maior do que a do setor comércio. Todos os subsectores de prestação de serviços ampliaram o número de postos formais de trabalho, com exceção dos serviços financeiros, que desde a



década de 1980 vêm abandonando o Rio e se deslocando para São Paulo.

Os demais subsetores de prestação de serviços ampliaram significativamente sua participação nos empregos formais, principalmente os serviços médicos, odontológicos e veterinários, o que deve ser resultado da municipalização do acesso à saúde. Tal expansão dos serviços nesses municípios é sinal de fortalecimento da centralidade deles na rede urbana interestadual. Esse adensamento da rede de cidades é positiva por ampliar as alternativas locais para os investimentos produtivos que estão contribuindo para a retomada do crescimento da economia estadual, mas desta vez com menor desequilíbrio espacial.

## Conclusões

Está em processo uma reestruturação espacial na economia fluminense que envolve maior crescimento do emprego no interior, em particular nas cidades médias. O ponto vulnerável desse processo é que a indústria continua apresentando baixo crescimento, o que pode estar sendo revertido com o adensamento da cadeia produtiva do petróleo, da retomada da indústria naval e da siderurgia.

O estudo mostrou que as cidades médias selecionadas estão experimentando diferentes desempenhos demográficos e geradores de empregos; a principal diferença refere-se ao impacto da economia do petróleo. Macaé é sem dúvida aquela que mais se destaca.

Essa atividade vem também fortalecendo a economia de Duque de Caxias, onde estão localizados um pólo gás-químico e uma refinaria de petróleo. Cabo Frio também recebe impactos positivos da economia do petróleo, mas, nesse caso, apenas em função do recebimento da renda dos *royalties*, o que tem permitido à prefeitura financiar infra-estrutura urbanística que atende à demanda de uma população que cresce a taxas maiores do que a média estadual. Por fim, também Angra dos Reis tem aproveitado as oportunidades derivadas do petróleo, com a retomada de sua indústria naval, viabilizada pelas encomendas da Petrobras.

Teresópolis e Nova Friburgo são cidades serranas já consolidadas, dependentes de indústrias tradicionais, apresentando indicadores que mostram pouca vitalidade em relação às cidades afetadas pela economia do petróleo. Cabe destacar, entretanto, que Nova Friburgo conseguiu atravessar o período de sua pior crise econômica em função de ter conseguido fazer emergir um pólo local de moda íntima após a crise que inviabilizou a presença de uma grande empresa estrangeira. Essa experiência de desenvolvimento endógeno, apesar de resultar em indicadores medíocres, tem se mostrado estável, de modo a que sua população não sente os efeitos negativos do acelerado crescimento demográfico que vem sendo experimentado pela população de Macaé.

Volta Redonda mostrou que vem sofrendo os impactos negativos do ajuste da Companhia Siderúrgica Nacional, a responsável pelo



surgimento da cidade durante a década de 1940. A siderurgia representava, naquela época, a importância que tem hoje o petróleo. No entanto, no caso de Volta Redonda, o crescimento derivado dos empregos diretos e indiretos da empresa siderúrgica não logrou estabelecer vínculos com o tecido produtivo local de forma a garantir um *mix* mais variado de atividades que pudesse sustentar a economia local. Este é o perigo que correm Macaé e as demais cidades muito dependentes da economia do petróleo – ou da renda dos *royalties* petrolíferos.

Os casos analisados sugerem que o desenvolvimento das cidades é mais significativo quando envolve a presença de grandes empresas e/ou setores que experimentam maior importância na conjuntura econômica nacional ou mundial. Esse padrão, no entanto,

não oferece garantias de que seja sustentável, como mostra o caso de Volta Redonda. Apostar em projetos de desenvolvimento endógeno pode ser uma alternativa, mas seu crescimento é mais limitado, não obstante criar vínculos mais fortes no tecido produtivo local. Em ambos os casos, todavia, cabe importante papel aos governos municipais, que devem explorar a maior autonomia conquistada com os processos de descentralização das políticas públicas para tornar mais densos os vínculos com as atividades econômicas ali existentes. Ademais, devem promover o desenvolvimento humano da população local mediante políticas de acesso à moradia e aos serviços de saúde e educação, e de mobilidade intra e interurbana. Para isso, é preciso melhorar o padrão de gestão municipal, inclusive na administração de sua política tributária.

## Referências Bibliográficas

- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: *Planejamento e políticas públicas*, n. 14. Brasília: Ipea, 1996, p. 35-70.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. *Les régions qui gagnent*. Paris: PUF, 1992.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHANG, H. J. *Chutando a escada*. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: EdUnesp, 2002.
- DINIZ, C.; CROCCO, M. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. In: *Nova Economia*, n.1. Belo Horizonte: UFMG/FACE, 1996, p.77-104.
- HALL, P.; PAIN, K. (Eds.). *The polycentric metropolis*. Learning from mega-city regions in Europe. London: Earthscan, 2006.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- KRUGMANN, P. *Geography and trade*. Michigan: MIT Press, 1991.
- NATAL, J. (Org.). *O Estado do Rio de Janeiro pós 95*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005.

- SABOIA, J. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 1990: um enfoque regional. In: *Anais do Congresso Latino-Americano de Economistas*. Rio de Janeiro, 1999.
- SANTOS, A. P. Economia fluminense: superando a perda de dinamismo? In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 8. Rio de Janeiro: UERJ/SR-3/Depext-Nepext, 2002, p.31-58.
- \_\_\_\_\_. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- \_\_\_\_\_. e JULIASSE, W.T. Redistribuição espacial: o papel das cidades médias brasileiras. *Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política*. Vitória (ES), 13 a 16 jun. 2006.
- \_\_\_\_\_. Cidades médias e reestruturação espacial na economia fluminense. Rio de Janeiro: Relatório de pesquisa da FAPERJ, 2006.
- SCHILLER, M.C.; LIMA, F.V. Aprendizado, cooperação e desenvolvimento econômico no Estado do Rio de Janeiro. In: *Revista Rio de Janeiro*, n.9. Rio de Janeiro: UERJ/SR-3/Depext-Nepext, 2003, p.101-116.
- 

**Abstract** – *This article analyses the spatial re-organization in the state of Rio de Janeiro. The status of some middle-sized cities as actors of public policies is taken as a reference point. A context of decentralization, initiated with the 1988 Constitution, has been engendered as the displacement of responsibilities and as the widening of municipal autonomy. The text discusses the development of seven middle-sized fluminense cities, arguing their sustainability, and comparing demographic and employment indicators between 1985 and 2005. The fluminense economy has been revitalized, considering the improved performance in districts in the interior. However, this dynamism may be questioned if it doesn't result in a better development of the local production in association with the petroleum economy.*

**Keywords:** *spatial re-organization; middle-sized fluminense cities; decentralization of public policies; Rio de Janeiro.*

**Resumen** – *Se plantea la reestructuración espacial en el estado de Río de Janeiro, considerando como referencia la condición de algunos municipios de mediano porte cómo actores de políticas públicas, en el contexto de la descentralización iniciada por la Constitución de 1988, que se manifiesta por la transferencia de responsabilidades y por mayor autonomía municipal. Se plantea el desarrollo de siete ciudades de mediano porte del estado, caso la ciudad haya sido sustentable, con base en índices demográficos y de empleo, entre 1985 y 2005. La economía fluminense ha recuperado su actividad, teniendo en cuenta la mejor actuación en municipios del interior. Sin embargo, se puede poner este dinamismo en duda, si la economía del petróleo no resulta en mayor desarrollo de la estructura productiva local.*

**Palabras-clave:** *reorganización espacial; medianas ciudades del Estado de Río de Janeiro; descentralización de políticas públicas; Río de Janeiro.*

---





## Anexo 1

**Tabela 1**  
**Evolução da População e Taxa de Crescimento Demográfico (%) – 1980-2000**

	1980	1991	2000	1980-1991	1991-2000
Angra dos Reis	57.869	85.571	119.247	47,87	39,35
Duque de Caxias	575.830	667.821	775.456	15,98	16,12
Cabo Frio	70.961	84.915	126.828	19,66	49,36
Macaé	75.863	100.895	132.461	33	31,29
Nova Friburgo	123.383	167.081	173.418	35,42	3,79
Teresópolis	98.705	120.709	138.081	22,29	14,39
Volta Redonda	183.620	220.305	242.063	19,98	9,88
Est. do Rio de Janeiro	11.291.631	12.807.706	14.391.282	13,43	12,36
Brasil	119.011.052	146.825.475	169.799.170	23,37	15,65

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

**Tabela 2**  
**População em 2000 e Indicadores Migratórios**

	População em 2000	% de pessoas não naturais da unidade da Federação com menos de 10 anos ininterruptos de residência na unidade da Federação				% de migrantes na década de 90
		Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos	
Angra dos Reis	119.247	0,6734	2,7774	3,7242	2,3028	9,47781
Duque de Caxias	775.456	0,2418	1,0663	1,4388	1,2048	3,95174
Cabo Frio	126.828	0,4944	1,6455	1,748	1,5107	5,39865
Macaé	132.461	0,7391	2,6755	2,1659	1,4404	7,02093
Nova Friburgo	173.418	0,0496	0,5282	0,4238	0,3933	1,3949
Teresópolis	138.081	0,2904	0,9248	0,9328	0,7503	2,8983
Volta Redonda	242.063	0,2508	0,851	1,0035	1,1468	3,25205
Est. do Rio de Janeiro	14.391.282	0,2803	1,1895	1,3516	1,079	3,90038
Brasil	169.799.170	0,4311	1,3681	1,7088	1,6109	5,11885

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.



**Tabela 3**  
**Evolução do Estoque de Empregos (1985-2005)**

	1985	1990	1995	2000	2005
<b>Angra dos Reis</b>	17.946	17.407	13.455	16.999	28.812
<b>Cabo Frio</b>	10.971	12.778	16.437	16.679	26.116
<b>Duque de Caxias</b>	66.322	79.313	75.068	83.632	111.797
<b>Macaé</b>	18.283	23.759	22.669	37.975	69.409
<b>Nova Friburgo</b>	21.996	29.237	29.831	36.270	41.202
<b>Teresópolis</b>	14.190	16.652	19.276	20.493	26.237
<b>Volta Redonda</b>	58.145	55.655	56.430	51.340	55.637
<b>Rio de Janeiro</b>	1.951.562	1.996.707	1.825.424	1.732.918	1.824.854
<b>Est. do Rio de Janeiro</b>	2.673.863	2.838.975	2.688.192	2.718.138	3.191.784
<b>Brasil</b>	20.492.131	23.198.656	23.755.736	26.228.629	33.238.617

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/CAGED.

**Tabela 4**  
**Evolução do Estoque de Empregos (1985-2005) – (%)**

	1990/1985	1995/1990	2000/1995	2005/2000	2005/1985
<b>Angra dos Reis</b>	0,97	0,773	1,2634	1,6949	1,6055
<b>Cabo Frio</b>	1,1647	1,2864	1,0147	1,5658	2,3805
<b>Duque de Caxias</b>	1,1959	0,9465	1,1141	1,3368	1,6857
<b>Macaé</b>	1,2995	0,9541	1,6752	1,8278	3,7964
<b>Nova Friburgo</b>	1,3292	1,0203	1,2158	1,136	1,8732
<b>Teresópolis</b>	1,1735	1,1576	1,0631	1,2803	1,849
<b>Volta Redonda</b>	0,9572	1,0139	0,9098	1,0837	0,9569
<b>Rio de Janeiro</b>	1,0231	0,9142	0,9493	1,0531	0,9351
<b>Est. do Rio de Janeiro</b>	1,0618	0,9469	1,0111	1,1743	1,1937
<b>Brasil</b>	1,1321	1,024	1,1041	1,2673	1,622

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/CAGED.



**Tabela 5**  
**Evolução Setorial do Emprego (1985-2005)**

**a) Município de Angra dos Reis**

Angra dos Reis	1985		1990		1995		2000		2005	
	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%
Ind. Transf.	5.542	0,3088	4.452	0,2558	375	0,0279	1.014	0,0597	6.363	0,2208
Comércio	1.523	0,0849	1.796	0,1032	2.115	0,1572	3.449	0,2029	4.801	0,1666
Serviços	5.200	0,2898	4.862	0,2793	4.783	0,3555	7.811	0,4595	10.276	0,3567
Adm. Pública	2.582	0,1439	3.277	0,1883	2.842	0,2112	3.294	0,1938	4.399	0,1527
Constr. Civ.	2.803	0,1562	1.066	0,0612	1.955	0,1453	1.073	0,0631	1.305	0,0453
Outros*	296	0,0165	1.954	0,1123	1.385	0,1029	358	0,0211	1.668	0,0579

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/CAGED.

\* Extrativismo Mineral. Serviços de Utilidade Pública. Agricultura e Outros Ignorados.

**b) Município de Cabo Frio**

Cabo Frio	1985		1990		1995		2000		2005	
	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%
Ind. Transf.	2.056	0,1874	731	0,0572	556	0,0338	605	0,0363	763	0,0292
Comércio	2.600	0,237	3.280	0,2567	3.388	0,2061	4.831	0,2896	7.255	0,2778
Serviços	3.962	0,3611	4.894	0,383	5.920	0,3602	6.340	0,3801	8.274	0,3168
Adm. Pública	410	0,1374	600	0,047	3.461	0,2106	3.259	0,1954	7.124	0,2728
Constr. Civ.	589	0,0537	657	0,0514	909	0,0553	522	0,0313	1.030	0,0394
Outros*	1.354	0,1234	2.616	0,2047	2.203	0,134	1.122	0,0673	1.670	0,0639

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/CAGED.

\* Extrativismo Mineral. Serviços de Utilidade Pública. Agricultura e Outros Ignorados.

**c) Município de Duque de Caxias**

Duque de Caxias	1985		1990		1995		2000		2005	
	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%
Ind. Transf.	23.491	0,3542	24.757	0,3121	21.305	0,2838	17.421	0,2083	23.972	0,2144
Comércio	12.880	0,1942	14.538	0,1833	16.729	0,2229	18.590	0,2223	28.422	0,2542
Serviços	20.050	0,3023	20.939	0,264	24.634	0,3282	32.568	0,3894	42.793	0,3828
Adm. Pública	7.816	0,1178	13.419	0,1692	6.680	0,089	8.648	0,1034	10.953	0,098
Constr. Civ.	1.536	0,0232	2.321	0,0293	3.430	0,0457	4.616	0,0552	5.133	0,0459
Outros*	549	0,0083	3.339	0,0421	2.290	0,0305	1.789	0,0214	524	0,0047

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/CAGED.

\* Extrativismo Mineral. Serviços de Utilidade Pública. Agricultura e Outros Ignorados.



**d) Município de Macaé**

<b>Macaé</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>
Ind. Transf.	2.399	13,12%	2.242	9,44%	2.106	9,29%	2.735	7,20%	7.714	11,11%
Comércio	2.100	11,49%	2.570	10,82%	3.320	14,65%	5.170	13,61%	9.359	13,48%
Serviços	5.053	27,64%	6.292	26,48%	7.236	31,92%	17.278	45,50%	27.407	39,49%
Adm. Pública	1.049	5,74%	1.521	6,40%	5.401	23,83%	3.291	8,67%	543	0,78%
Constr. Civ.	1.205	6,59%	1.435	6,04%	2.023	8,92%	4.470	11,77%	8.407	12,11%
Outros*	6.477	35,43%	9.699	40,82%	2.583	11,39%	5.031	13,25%	15.979	23,02%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/CAGED.

\* Extrativismo Mineral. Serviços de Utilidade Pública. Agricultura e Outros Ignorados.

**e) Município de Nova Friburgo**

<b>Nova Friburgo</b>	<b>1985</b>		<b>1990</b>		<b>1995</b>		<b>2000</b>		<b>2005</b>	
	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>
Ind. Transf.	9.525	43,30%	12.769	43,67%	11.903	39,90%	11.507	31,73%	14.189	34,44%
Ind. Têxtil	4.520	20,55%	7.234	24,74%	7.717	25,87%	7.229	19,93%	9.550	23,18%
Comércio	3.492	15,88%	4.105	14,04%	4.322	14,49%	7.003	19,31%	8.266	20,06%
Serviços	5.412	24,60%	5.825	19,92%	8.111	27,19%	12.055	33,24%	11.900	28,88%
Adm. Pública	2.133	9,70%	3.650	12,48%	3.327	11,15%	4.049	11,16%	4.681	11,36%
Constr. Civ.	1.010	4,59%	1.527	5,22%	1.084	3,63%	840	2,32%	1.240	3,01%
Outros*	424	1,93%	1.361	4,66%	1.084	3,63%	816	2,25%	926	2,25%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/CAGED.

\* Extrativismo Mineral. Serviços de Utilidade Pública. Agricultura e Outros Ignorados.

**f) Município de Teresópolis**

<b>Teresópolis</b>	<b>1985</b>		<b>1990</b>		<b>1995</b>		<b>2000</b>		<b>2005</b>	
	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>	<b>Empregos</b>	<b>%</b>
Ind. Transf.	3.735	26,32%	3.726	22,38%	3.159	16,39%	2.797	13,65%	3.117	11,88%
Comércio	2.849	20,08%	3.542	21,27%	3.746	19,43%	5.266	25,70%	6.497	24,76%
Serviços	4.513	31,80%	4.183	25,12%	8.440	43,79%	8.120	39,62%	11.997	45,73%
Adm. Pública	2.107	14,85%	2.217	13,31%	2.539	13,17%	3.242	15,82%	3.054	11,64%
Constr. Civ.	564	3,97%	750	4,50%	1.035	5,37%	692	3,38%	1.028	3,92%
Outros*	422	2,97%	2.234	13,42%	357	1,85%	376	1,83%	544	2,07%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/CAGED.

\* Extrativismo Mineral. Serviços de Utilidade Pública. Agricultura e Outros Ignorados.





### g) Município de Volta Redonda

Volta Redonda	1985		1990		1995		2000		2005	
	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%
Ind. Transf.	26.539	45,64%	22.038	39,60%	20.602	36,51%	11.242	21,90%	9.888	17,77%
Comércio	7.292	12,54%	7.360	13,22%	8.014	14,20%	9.712	18,92%	12.871	23,13%
Serviços	16.062	27,62%	15.261	27,42%	17.206	30,49%	18.300	35,64%	22.170	39,85%
Adm. Pública	4.749	8,17%	4.653	8,36%	6.867	12,17%	5.275	10,27%	4.963	8,92%
Constr. Civ.	2.684	4,62%	4.444	7,98%	2.801	4,96%	5.460	10,63%	4.929	8,86%
Outros*	819	1,41%	1.899	3,41%	940	1,67%	1.351	2,63%	816	1,47%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/CAGED.

\* Extrativismo Mineral. Serviços de Utilidade Pública. Agricultura e Outros Ignorados.

### h) Município do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro	1985		1990		1995		2000		2005	
	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%	Empregos	%
Ind. Transf.	310.794	15,93%	301.976	15,12%	208.106	11,40%	150.053	8,66%	148.322	7,87%
Comércio	244.315	12,52%	245.828	12,31%	257.487	14,11%	264.046	15,24%	318.408	16,90%
Serviços	785.100	40,23%	760.614	38,09%	793.454	43,47%	834.971	48,18%	931.719	49,46%
Adm. Pública	470.650	24,12%	420.405	21,05%	413.241	22,64%	393.337	22,70%	392.166	20,82%
Constr. Civ.	80.563	4,13%	74.681	3,74%	78.968	4,33%	57.018	3,29%	58.812	3,12%
Outros*	60.140	3,08%	193.203	9,68%	74.168	4,06%	33.493	1,93%	34.258	1,82%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/CAGED.

\* Extrativismo Mineral. Serviços de Utilidade Pública. Agricultura e Outros Ignorados.

## Nota

<sup>1</sup> O declínio da Região Sudeste deve-se às perdas de participação da economia paulista no PIB nacional: entre 2003 e 2004, apenas São Paulo perdeu participação percentual, enquanto Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo experimentaram elevação no grau de participação do PIB. Destes, o maior crescimento foi o do Estado do Rio de Janeiro.



